

## NUANÇAS DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO LITORAL OESTE DO CEARÁ, BRASIL: A PRAIA DA BALEIA, EM ITAPIPOCA

### RESUMO

Este estudo analisa os entraves ao desenvolvimento do turismo no distrito de Baleia, litoral de Itapipoca, do Estado do Ceará. A utilização de entrevistas com poder público e comunidade permitiu a constatação de dinâmicas do local, recursos tecnológicos como documentação fotográfica e mapeamento ilustram a realidade pesquisada, associado ainda às constatações *in loco* que permitiram a apreensão dos resultados do planejamento nesta localidade. Dentre os principais entraves ao desenvolvimento da atividade turística em Baleia estão obras inacabadas ou alocadas em espaços sem qualquer demanda turística, ausência de serviços turísticos complementares na praia, baixa qualidade em serviços gastronômicos e de hospedagem, todos ressaltados pelo poder público municipal. Constatável também é a tardia criação da Secretaria de Turismo de Itapipoca, que veio acontecer após quase duas décadas do PRODETUR I. Incidindo verticalmente, as políticas de turismo fomentaram o crescimento da atividade, pautada numa demanda inexistente, expandindo a especulação imobiliária e os conflitos socioambientais no litoral.

**Palavras-chaves:** Planejamento, turismo, políticas públicas, conflitos socioambientais.

### ABSTRACT

This study analyzes the hindrances to development of the tourism in Baleia district, coast of Itapipoca/CE. The utilization of interviews with public power and community allowed the constation of local dynamics, technological resources like photographic documentation and mapping illustrate the researched reality, still associated to constations on-place that allowed the apprehension of the planning results in this locality. Among the main hindrances to the development of the touristic activity in Baleia are unfinished works or allocated in spaces without any touristic demand, absence of complementary touristic services at the beach, low quality in gastronomic services and of lodging, everyone highlighted by the municipal public power. Verifiable too is the late creation of the Tourism Secretary of Itapipoca, that come to happen after almost two decades of the PRODETUR I. Focusing vertically, the tourism politics has fostered the growing of the activity, based in absent demand, expanding the real state speculation and the social-environmental conflicts at the coast.

**Palavras-chaves:** Planning, tourism, public politics, social-environmental conflicts.

### RESUMEN

Este estudio analiza los obstáculos para el desarrollo de lo turismo en lo distrito de Baleia, litoral de Itapipoca/CE. La utilización de entrevistas con el poder público y comunidad permitió la constatación de dinámicas del local, recursos tecnológicos como documentación fotográfica e cartografía ilustraron la realidad pesquisada, asociado todavía las constataciones en la localidad, que permite la apreheñsion de los resultados de lo planeamiento en esta localidade. Entre los principales obstáculos para el desarrollo de la actividade turística en Baleia están las obras inacabadas o alocadas en espacios sin cualquier demanda turística, ausencias de servicios turísticos complementares en la playa, baja cualidad en servicios gastronómicos y de alojamiento, todos destacados por el gobierno municipal. Constatable también es la tarde creación de la Secretaria de Turismo de Itapipoca, aconteció después de casi dos décadas de lo Prodetur I. Centrándose en vertical, las políticas de turismo fomentaron lo desarrollo de la actividade, centrada en una demanda inexistente, ha expandido la especulación inmobiliaria e los conflictos socioambientales en la costa.

**Palabras-clave:** Planeamiento, turismo, políticas públicas, conflictos socioambientales.

Tiago da Silva Castro  
[tiagocgeo@hotmail.com](mailto:tiagocgeo@hotmail.com)  
Universidade Federal do Ceará  
Programa de Pós-Graduação em  
Geografia  
Mestrando em Geografia

## INTRODUÇÃO

A economia nordestina, dinamizada pela produção de bens primários voltados à exportação durante o período colonial, entra em declínio no início do século XX, após surto industrial na região Sudeste. O Nordeste passa cerca de quatro décadas relegado a espaço de ações assistenciais do governo federal, mantenedoras do cenário sociopolítico regional.

Somente com o Regime Militar, em meados de 1960, a região Nordeste retorna à pauta do planejamento territorial brasileiro, sendo alvo de intervenções em infraestrutura de transportes, serviços financeiros, modernização do espaço agrário, instalação e realocação de plantas industriais. Em suma, a região segue a cartilha cepalina<sup>1</sup> pautada pelo GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), tendo a agroindústria como base principal da economia regional.

Tal processo de modernização não bastou para garantir o desenvolvimento nordestino. No caso do Ceará, com setor industrial baseado em bens de consumo não-duráveis e espaço agrário apropriado por corporações multinacionais, a economia não passa de aglomerados produtivos junto às Regiões Metropolitanas (RM) e aos vales dos grandes rios. Com base nas práticas marítimas modernas, presentes nas principais capitais nordestinas desde a década de 1940 e fomentadoras de gradativa busca pelos ambientes costeiros, o planejamento estatal busca inserção do litoral na vitrine do turismo global, priorizando a espacialização desta atividade para além da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

Com ações pontuais na década de 1980, é somente nos anos seguintes que surgem políticas especificamente voltadas ao desenvolvimento da atividade turística no Ceará. O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE) confere possibilidades de desenvolvimento aos municípios litorâneos, incluindo-os como produto turístico disponível aos fluxos internacionais, e possibilidades de emprego e renda às comunidades litorâneas. Para tanto, obras de infraestrutura aeroviária e rodoviária conformaram a capital Fortaleza como ponto de recepção e distribuição de fluxos para o restante do litoral cearense.

Com esforços voltados à conformação da opinião pública, *marketing* turístico, aumento da fluidez, atração de fluxos e investimentos privados, foram criadas condições materiais e imateriais para aplicação de sucessivos projetos de desenvolvimento turístico para o litoral cearense. Porém os reflexos destes investimentos passaram distante dos objetivos iniciais<sup>2</sup>, demonstrando que o planejamento turístico no Ceará não contribuiu como esperado para a espacialização do turismo convencional em larga escala, bem como não foi funcional na busca da superação das desigualdades socioeconômicas no Estado.

Trabalha-se, neste artigo, as nuances do planejamento turístico no distrito de Baleia, litoral do município de Itapipoca/CE, espaço apropriado pelas primeiras políticas de turismo no estado e *locus* de reprodução e entraves às diversas práticas marítimas (modernas e tradicionais), seus aspectos conflituosos e impactos socioambientais. Busca-se aqui ressaltar aspectos que contribuíram para o insucesso no desenvolvimento da atividade neste município, buscando examinar a dinâmica turística e os rebatimentos de outras práticas marítimas na reconfiguração socioespacial desta parcela do litoral cearense.

<sup>1</sup> Referente às concepções estruturalistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL que pautavam a industrialização como caminho inexorável para saída do subdesenvolvimento.

<sup>2</sup> Que, no caso do PRODETUR I, tem como objetivos a expansão da indústria turística nordestina, contribuindo com a atração de novos investimentos privados, aumento das oportunidades de emprego e renda, crescimento das receitas públicas, benefício às populações de baixa renda com serviços de infraestrutura básica e o aumento da capacidade dos Estados em acompanhar a demanda por serviços básicos

## VOCAÇÃO TURÍSTICA: A CONFORMAÇÃO DE UMA IMAGEM

A partir da metade do século XX, o litoral brasileiro atrai o interesse das elites cidadinas como profícuo espaço de lazer, fruto da proliferação não estandardizada das práticas marítimas modernas oriundas da Europa. Materializadas, inicialmente na região Sudeste e, posteriormente, no Nordeste, estas práticas de lazer reconfiguram toda representação social sobre o mar, polarizando fluxos e fixos que corroboram para a revalorização da zona costeira. Cita Dantas (2011), para o caso de Fortaleza/CE, que tais relações da sociedade com o litoral, inicialmente, limitam-se a sua ambiência e não necessariamente ao mar *per se*.

Os tratamentos terapêuticos<sup>3</sup> tornam-se mote para ocorrência de residências com estas funcionalidades. Não tarda a concepção de litoral propício às atividades de lazer, como caminhadas, banhos de mar, de sol, e os primórdios da vilegiatura marítima nordestina (DANTAS, 2011). Gradativamente as praias das metrópoles são apropriadas por diversos extratos sociais, tendo infraestruturas reconfiguradas e tornando-se imagens características desta região (DANTAS, 2009).

Num contexto de ações políticas neoliberais, torna-se necessário recolocar o Nordeste no cenário econômico nacional. Cabe ao turismo esta função de atração de investimentos e fluxos internacionais, possibilitando a reestruturação produtiva do território nordestino. Conforme Araújo e Santos (2009) o turismo chama atenção como atividade de potencial considerável, criadora de novas estruturas e dinamizadora de outros setores, como o de serviços financeiros e imobiliários.

O *marketing* é fundamental para formação de imagem favorável aos espaços litorâneos, tornando-os capazes de atrair fluxos e investimentos, bem como formar consenso local sobre os benefícios da atividade turística. Para tanto, os governos estaduais buscam ressaltar as belezas presentes em seus litorais. No caso do Estado do Ceará, desde a década de 1970<sup>4</sup>, são recorrentes as diversas formas de promoção turística, como *folders*, *slogans* e propagandas que exibem as praias, as embarcações artesanais e os corpos femininos (ARAGÃO, 2006).

Porém, em termos de ocupação efetiva do litoral, a vilegiatura teve maior êxito. Ainda na década de 1960 verifica-se busca das classes abastadas da capital pelo litoral nos municípios vizinhos. Pereira (2014) ressalta que a abundante oferta de terras, os baixos valores e a proximidade da capital fomentaram a satisfação do desejo de morar ocasionalmente na praia. Municípios como Caucaia e Aquiraz foram alvos desta difusão inicial de segundas residências no litoral cearense.

O turismo tornou-se carro chefe das políticas estatais, sobretudo na década de 1980, quando ditames neoliberais conduzem os Estados à busca pelo capital privado e à transformação dos respectivos territórios em parcelas do mercado global (SANTOS, 2011). Ao final desta década surge esboço de política de turismo no Ceará, o Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral – PRODETURIS, que evidencia regiões propícias ao desenvolvimento do turismo, servindo de base para projetos maiores que surgiriam anos depois.

Como diretrizes do planejamento turístico para o Nordeste, o Programa de Desenvolvimento do Turismo<sup>5</sup> (PRODETUR/NE I, II e Nacional) busca enfatizar a "vocação" turística regional através de urbanização dos municípios beneficiados, recuperação de

<sup>3</sup> Dantas (2011) ressalta a influência da teoria de Lavoisier do "bem respirar" nestes tratamentos.

<sup>4</sup> Período de criação da EMCETUR (Empresa Cearense de Turismo S.A.), órgão responsável pela busca da propagação da imagem turística de Fortaleza e das outras praias do Ceará.

<sup>5</sup> Quanto ao início das obras dos programas, verifica-se o PRODETUR/NE I em 1995, o PRODETUR/NE II em 2004 e o PRODETUR Nacional em 2007.

patrimônio histórico e ambiental, ampliação da malha rodoviária, obras de saneamento e expansão dos serviços aeroportuários (BNB, 2005).

Sendo complementares, os investimentos do PRODETUR no território cearense buscam, inicialmente, expandir as possibilidades de espacialização do turismo para o litoral oeste, partindo de Fortaleza até o município de Itapipoca<sup>6</sup>. Posteriormente, na segunda fase do programa, objetiva-se a sustentabilidade das ações, aumentando o número de municípios incorporados no litoral oeste e abrindo novo acesso aos municípios da cuesta da Ibiapaba (BNB, 2010). Já a incidência da fase nacional do programa no Ceará, busca ampliar a dinâmica turística no litoral leste, na cuesta da Ibiapaba e no maciço de Baturité, investindo nos segmentos turísticos de sol e praia e no ecoturismo (CEARÁ, 2014). A figura 1 demonstra as aplicações de recursos na primeira fase da Costa do Sol Poente.

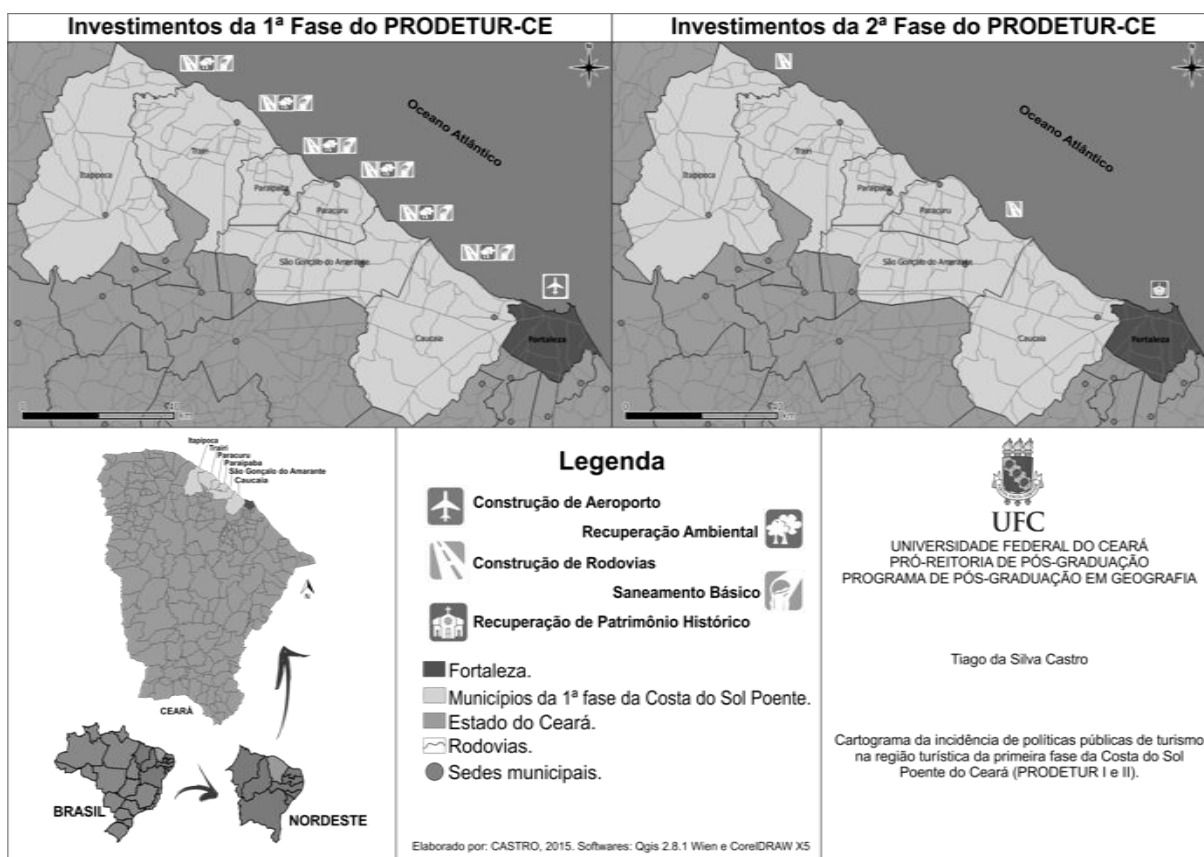


Figura 1: Incidência de políticas de turismo no Litoral Oeste. Fonte: BNB, 2005; BNB, 2010. Elaborado por: CASTRO, 2015.

Coriolano (2007) destaca a atuação da Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR/CE). Tal órgão, desde os anos 2000, vem participando de diversos eventos voltados à comercialização de destinos turísticos, com recorrente publicação dos destinos cearenses em revistas de turismo de diversos países, o que se soma às exposições em programas e jornais veiculados na televisão aberta, consolidando imagem do litoral cearense no imaginário nacional e internacional. Além disto, a conjugação entre características naturais e a

<sup>6</sup> Tomando por base as Regiões Turísticas (RT) expostas no PRODETURIS, de 1989, a RT II (Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca) foi escolhida para receber a primeira fase do PRODETUR/CE I.

divulgação dos destinos possibilitou atração de práticas esportivas<sup>7</sup> e eventos de diversas modalidades, ideando minorar os efeitos da sazonalidade do turismo (CORIOLANO, 2007).

Há aspecto interessante referente à criação da imagem turística do Ceará. Segundo dados do Ministério do Turismo (MTur), Fortaleza/CE tornou-se um dos destinos mais desejados do país, dados expostos na tabela 1.

Municípios mais desejados	2007	2012	2012	2007	Municípios mais visitados
Fernando de Noronha/PE	13,6	13,3	5,5	7,5	São Paulo/SP
Fortaleza/CE	11,9	10,9	1,9	3,3	Brasília/DF
Salvador/BA	11	7	3,6	3,2	Rio de Janeiro/RJ
Rio de Janeiro/RJ	8	10,7	1,5	2,7	Belo Horizonte/MG
Natal/RN	4,9	5,4	2,2	2,3	Salvador/BA
Recife/PE	3,5	2,9	1,7	1,7	Curitiba/PR
Porto Seguro/BA	3,2	2,4	1,7	1,7	Florianópolis/SC
Florianópolis/SC	2,9	2,8	0,8	1,6	Praia Grande/SP
Manaus/AM	2,4	2,6	2,1	1,5	Fortaleza/CE
São Paulo/SP	2,6	3,8	1,3	1,5	Porto Alegre/RS

Tabela 1: Destinos turísticos nacionais mais desejados e mais visitados (%). Fonte: MTur, 2007; 2012. Elaborado por: CASTRO, 2015.

Quanto aos rebatimentos da divulgação na atração de fluxos, verificam-se resultados menos exitosos. Os principais fluxos turísticos carreados ao estado se concentram, sobretudo, em Fortaleza, sendo a capital o único destino cearense a constar entre os trinta principais receptivos, entre 2007 e 2012 (MTUR, 2009; 2012). Tal fato se deve à presença do Aeroporto Pinto Martins e do Terminal Rodoviário João Tomé como principais pontos de recepção de turistas no Ceará. Mesmo assim, verifica-se que, somente em 2012, Fortaleza/CE ultrapassa municípios como Praia Grande/SP, Florianópolis/SC e Belo Horizonte/MG, se aproximando de Salvador/BA.

O esperado resultado não se deu sem desvios de percurso. Tais condições propiciaram o fortalecimento de outro setor, o imobiliário turístico. Pereira (2014, p. 170-171) ressalta as características responsáveis pela delimitação das novas tipologias de vilegiatura marítima no litoral cearense:

No início do século XXI, fatores políticos (ataques terroristas nos EUA), naturais (abalos sísmicos e maremotos na Ásia) e econômicos (valorização do Euro frente ao Real, abertura das empresas locais aos capitais externos, saturação de mercados tradicionais como o Mediterrâneo e o Golfo do México) balizaram a produção de segundas residências ofertadas a um mercado estrangeiro, potencializando a prática da vilegiatura alóctone.

Citado fenômeno evidencia-se por íntima ligação com as políticas de turismo pautadas nos dois últimos decênios, sendo visíveis as funções da imagética e da infraestrutura na atração de novas tipologias de investimentos imobiliários voltadas ao mercado estrangeiro. Cabe ressaltar nuances entre as duas práticas: apesar do uso termo "turismo imobiliário" ou "turismo residencial" na busca por ressignificar a vilegiatura em segmento turístico<sup>8</sup>, deve-se compreender premissa básica da atividade turística, que é o não-habitar (CORIOLANO, 2005).

Considerando também o fato dos equipamentos turísticos, em especial as hospedagens, dispensarem aos clientes serviços de hospitalidade, pode-se fazer

<sup>7</sup> É notório o crescimento da prática do *kite surf* no litoral cearense, ocorrendo mesmo o surgimento de hospedarias temáticas, serviços de aulas particulares e atraindo novos vilegiaturistas. Mas também são constatáveis as práticas de *windsurf*, *surfe*, *body boarding*, *rally* e *vôo livre*.

<sup>8</sup> Ressalta-se aqui o questionamento de Pereira (2014) sobre a validade da classificação "residencial" ao que seria, segundo bibliografia de caráter homogeneizador, turismo realizado num tipo diferente de alojamento, sendo este comparado a um quarto de pousada, hotel, etc.

questionamento retórico: o vilegiaturista poderia ser hóspede em sua própria residência, mesmo que esta seja usada ocasionalmente? Somam-se a isto as obrigações permanentes do vilegiaturista com a residência ocasional, como impostos, taxas condominiais, reparos, segurança, transformando este morador ocasional em agente dinâmico do entorno do domicílio, mesmo em sua ausência.

Indubitavelmente, a vilegiatura no litoral cearense alcançou patamar superior ao obtido pelo turismo, com proeminência nas diversas escalas de atuação do mercado imobiliário. Também vale ressaltar características da espacialização destas práticas no litoral cearense. Conforme Pereira (2014), a vilegiatura marítima se expande de forma mais densa no litoral metropolitano, concentrando maior quantidade na capital e conformando manchas urbanas não contínuas compostas por residências individuais e, mais recentemente, pelas diversas tipologias do imobiliário turístico (condhóteis, condo *resorts*, complexo turístico residencial, condomínios fechados, flats). Mas esta se espalhou por todo o litoral cearense de forma diluída, numa proporção inversa ao aumento da distância da capital<sup>9</sup>.

Após aplicação das políticas de turismo no Ceará, verifica-se maior adensamento da vilegiatura marítima no litoral cearense, sobretudo no litoral oeste não-metropolitano. Nos Censos de 2000 e 2010 cresce o número absoluto de DUO na capital (de 7.942 em 2000 para 14.976 em 2010) e nos municípios litorâneos metropolitanos de Aquiraz (de 4.536 para 6.534), Cascavel (de 1.643 para 2.574) e São Gonçalo do Amarante (de 1.822 para 2.566). No caso de Caucaia (de 6.540 em 2000 para 6.010 em 2010), que até os anos 2000 superava Aquiraz/CE, passa por processo acentuado de transformação em local de moradia fixa, enquanto Aquiraz recebe diversos investimentos do setor imobiliário-turístico (PEREIRA, 2012).

Também é neste período que os municípios do litoral oeste recebem maior crescimento percentual no número de DUO, sendo exímios os casos de Paraipaba (117%), Trairi (171%), Itapipoca (140%), Amontada (267%), Itarema (140%), Acaraú (112%) e Cruz (101%) (IBGE, 2000; 2010). Assim, confirma-se que as políticas de turismo nestes municípios foram fundamentais para espessar a presença da vilegiatura marítima.

Diferenciadas as nuances entre a vilegiatura e o turismo, compreende-se que as práticas têm rebatimentos particulares nas dinâmicas socioespaciais, apesar semelhantes pelo consumo do espaço e da paisagem. Assim como ressalta Pereira (2012) sobre o modo de vida urbano reproduzido pela vilegiatura marítima, os fluxos turísticos também buscam condições estruturais mínimas para reprodução desta atividade, refutando a idéia de busca pela não-cidade e inferindo a noção fuga dos aspectos urbanos<sup>10</sup>. Compreende-se o turismo como lazer em local de não-residência, por meio do qual, busca-se conhecer atrativos de lugares exóticos com dinâmicas e paisagens diferenciadas dos locais de moradia (CORIOLANO, 2007).

Denotam-se assim particularidades entre o proposto pelo planejamento baseado no turismo e as dinâmicas de fluxos destinadas às regiões turísticas do litoral cearense. A primeira destas refere-se ao litoral leste do estado<sup>11</sup>, denotando apropriação pela vilegiatura e

<sup>9</sup> Para maiores informações, consultar o levantamento realizado por PEREIRA (2012, p. 188-190) sobre a evolução histórica da espacialização da vilegiatura marítima no litoral cearense.

<sup>10</sup> Compreendem-se como aspectos urbanos a centralização administrativa de caráter local, disputas políticas pelo direito à cidade, financeirização das relações, conjunto de edifícios com diferentes arquiteturas e funcionalidades, sobreposição de redes bem dinamizadas (possibilitando fluxos de capital, pessoas, informações, técnicas e cultura), adensamento de pessoas, funções produtivas multissetoriais, trânsito caótico, problemas ambientais, violência, etc.

<sup>11</sup> Composto pelos municípios de Aquiraz, Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí.

turismo anterior à primeira fase do PRODETUR<sup>12</sup>. Tal região atrai números consideráveis de turistas e vilegiaturistas aos finais de semana e feriados, com fluidez consubstanciada pela duplicação da rodovia CE-040.

Uma segunda dinâmica é inerente aos paraísos litorâneos do Ceará, apropriados em 1970, notadamente Canoa Quebrada, em Aracati, e Jericoacoara, em Jijoca de Jericoacoara. Tais pontos passam por constante processo de reestruturação, atraindo fluxos nacionais e internacionais de turistas, vilegiaturistas e novos moradores. É notável, nestas localidades, segregação socioespacial causada pela especulação imobiliária, sendo constatáveis problemas socioambientais (LIMA; SILVA, 2004). Com a construção dos aeroportos previstos para o entorno destas localidades, é possível que haja aprofundamento destas dinâmicas.

Outra dinâmica alusiva a grande parte do litoral oeste é assinalada por fluxos sazonais de pequeno porte nos períodos de férias e feriados, incluindo os municípios metropolitanos de Caucaia e São Gonçalo do Amarante<sup>13</sup>, funcionalizados pela vilegiatura marítima e pela atividade portuária, respectivamente. Tal quadro é condicionante de fluidez efetiva até o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP)<sup>14</sup>, e de fluidez virtual após este equipamento, rumo a Itapipoca. A tabela 2 denota os municípios mais visitados por turistas no litoral cearense.

Município	1998	2000	2002	2004	2007	2010	2012
Caucaia	147.761	122.741	122.084	230.817	215.602	307.717	368.546
Aquiraz	67.508	91.544	68.502	88.840	136.099	289.736	354.580
Beberibe	64.272	78.795	96.989	136.165	176.524	243.256	317.475
Aracati	72.132	98.192	151.926	177.679	149.574	240.202	294.545
Jijoca de Jericoacoara	23.119	35.288	113.945	74.725	87.588	144.189	187.817
Paraipaba	20.807	18.923	24.417	32.331	76.808	67.175	74.744
São Gonçalo do A.	26.356	19.434	22.382	23.248	20.213	49.873	62.745
Cascavel	14.334	10.740	23.738	17.436	13.475	28.838	58.575
Paracuru	14.796	12.274	24.417	16.606	22.908	28.159	41.274
Trairi	*	6.648	12.208	8.303	28.298	26.463	35.646
Sobral	11.798	18.139	18.196	15.704	26.950	26.463	34.186
Quixadá	8.252	6.877	12.776	6.300	13.475	21.035	28.141
Canindé	6.472	7.575	17.034	7.030	*	19.678	25.640
Juazeiro do Norte	8.576	13.156	17.809	13.695	*	16.285	22.930
Itapipoca	3.237	6.137	*	*	13.475	11.196	12.475
Crato	4.288	8.272	5.807	*	*	*	*
Ubajara	3.949	4.972	4.986	*	*	*	*

Tabela 2: Principais municípios visitados por turistas no Ceará. (\*) Não consta entre os 20 principais destinos do estado.

Fonte: SETUR/CE, Indicadores Turísticos de 2005, 2012, 2007 e 2013. Elaborado por: CASTRO, 2015.

Ressalta-se relativa perda de importância dos destinos não-litorâneos (Quixadá, Canindé, Juazeiro do Norte, Crato e Ubajara) desde 1998, com exceção de Sobral, posto sua importância no período algodoeiro e proximidade dos destinos de Meruoca, Ubajara (segmentados pelo turismo de serra) e Camocim (no extremo litoral oeste). Em 2004, Crato e Ubajara passam a figurar abaixo dos 20 principais destinos, enquanto Juazeiro do Norte,

<sup>12</sup> Processo iniciado pela existência de via concebida no governo de José Martiniano de Alencar (1834 a 1837), ligando Fortaleza/CE ao porto de Aracati/CE que durante os séculos XVIII e XIX foi o principal exportador de bens produzidos na capitania do Ceará (COSTA, 2007).

<sup>13</sup> Em termos de atração de fluxos turísticos fora da alta estação, destacam-se nesta região as praias de Taíba, em São Gonçalo do Amarante/CE, Lagoinha, em Paracuru/CE, e Flecheiras, em Trairi/CE.

<sup>14</sup> Tal dinâmica se realiza através de pendularidade estabelecida por Fortaleza, Caucaia e Maracanaú, com São Gonçalo do Amarante, sendo importante a presença da mão-de-obra das indústrias do entorno do CIPP para a atenuação dos efeitos da sazonalidade no setor hoteleiro de Caucaia (Cumbuco e Tabuba).

Canindé e Quixadá<sup>15</sup>, fortemente ligados ao turismo religioso e de aventura, figuram nas últimas posições em 2012.

Municípios litorâneos limítrofes à Fortaleza, desde 1998, constam como principais destinos do Ceará, caso de Caucaia e Aquiraz. Este último ultrapassa Beberibe em 2010, devido à crescente instalação do imobiliário-turístico e à polarização exercida pelo parque aquático *Beach Park*. Beberibe, cenário de novela na década de 1980, tem nas falésias da praia das Fontes e de Morro Branco seu principal atrativo turístico, enquanto Aracati possui a icônica praia de Canoa Quebrada. Cascavel, na RMF, tem em 2012, crescimento considerável dos fluxos recebidos, porém não chega a 20% do fluxo destinado a Beberibe no mesmo ano, fato que se deve à forte presença da vilegiatura no litoral do município.

Dentre os municípios do litoral oeste do Ceará, cabe destacar Jijoca de Jericoacoara e Paraipaba. A primeira é local da internacionalmente conhecida praia de Jericoacoara, enquanto a segunda tem como principal localidade a praia de Lagoinha, bordejada de falésias associadas a *beach rocks*. O município de Paracuru tem adensado seus fluxos, sobretudo após 2007, ano da conclusão de urbanização da orla da sede (PRODETUR-CE II). Mesma lógica segue o município de Trairi, utilizando os recursos do PRODETUR (I e II) na urbanização das orlas e na criação de atrativos turísticos, sobretudo nas localidades de Flecheiras e Mundaú<sup>16</sup>.

Quanto ao município de Itaipoca, duas décadas de investimentos públicas não denotam crescimento relativo da atividade turística, apresentando, em 2012, fluxos turísticos menores que municípios sertanejos de Sobral, Canindé e Quixadá. Sendo perceptíveis incongruências nos projetos pautados no local, possibilitam-se questionamentos sobre o planejamento estatal, os desdobramentos em relação às dinâmicas socioambientais no município e a funcionalidade das políticas de turismo no desenvolvimento e reestruturação do território cearense.

### LITORAL DE ITAPIPOCA/CE: NUANÇAS DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO

O município de Itaipoca localiza-se 150 km a oeste de Fortaleza, exercendo as primeiras relações comerciais após chegada dos trilhos da ferrovia Fortaleza-Sobral, no segundo quartel do século XX. Desde então a sede municipal é considerada centro comercial na área de influência de Sobral. Tais funções comerciais influenciaram a instalação de segundas residências, associada também à amenidade da serra de Uruburetama, ao sul do município.

Ressalta-se que o terceiro período de vilegiatura marítima (2000 à 2010), em Itaipoca, caracterizou-se por maior concentração espacial das segundas residências em determinadas parcelas do distrito de Baleia. Também é constatável que alguns vilegiaturistas, alocados ainda na década de 1990, venderam suas residências temporárias para empreendedores do setor imobiliário-turístico.

A apropriação do litoral de Itaipoca inicia-se em 1980, com pequenos fluxos de turistas concentrados na região próxima ao precário acesso da praia, somados a grupos que realizavam a travessia da foz do rio Mundaú, indo de Trairi rumo à Baleia. Este pequeno núcleo resiste até os dias atuais, sendo composto por residências de famílias de pescadores

<sup>15</sup> Em Juazeiro do Norte a imagem de Pe. Cícero é preponderante na atração de devotos e na realização de festejos, bem como Canindé, local da basílica de São Fco. das Chagas. Já Quixadá tem como atrações rampa de vôo livre, trilhas de *off-road* e *trekking* e montanhismo, além do Santuário de Nossa Sra. Rainha do Sertão.

<sup>16</sup> Em Flecheiras houve instalação de via costeira e calçadão que possibilita contemplação da praia, inclusive durante a maré alta. Em Mundaú, além da iluminação da orla, também foi construída praça às margens da foz do rio Mundaú, com quiosques e diversas atividades de lazer, como passeios de barco, de caiaques e de *jetskis*.

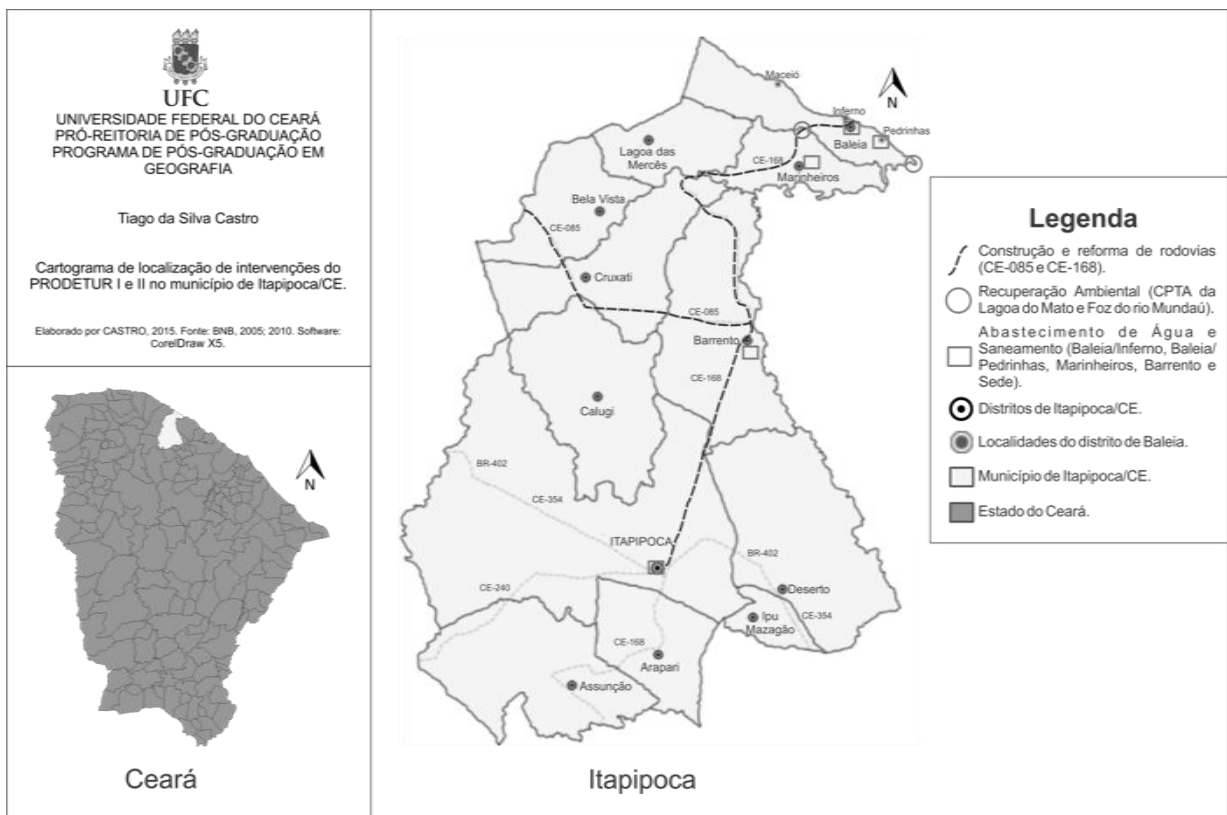


somadas a alguns equipamentos turísticos, segundas residências e pequenos comércios, chamando-se, desde 1980, de Inferno. Anexo entre as localidades de Pedrinhas e Maceió, forma pequena mancha urbana de padrão horizontal fincada entre extenso campo de dunas e faixa de praia.

São aspectos característicos de Pedrinhas e Maceió, campo de dunas fixas e móveis separados da faixa de praia por manguezais, presença de lagoas interdunares e canais de maré, além de recorrências de *beach rocks* em alguns pontos destas praias. Em Pedrinhas, no leste de Baleia, até fim dos anos 1990, haviam dispersas residências de pescadores, com raras ocorrências de segundas residências, enquanto em Maceió, no oeste do distrito, localiza-se o assentamento Maceió, composto por pescadores e pequenos agricultores (CASTRO, 2013).

Com a aplicação dos recursos do PRODETUR/CE I, são criadas condições de fluidez até o litoral deste município, com implantação da CE-085 Rota do Sol Poente e a CE-168 até Baleia. Para melhoria das condições sanitárias foram alocadas infraestruturas de abastecimento de água e tratamento de esgoto. Visando a requalificação e recuperação ambiental da lagoa do Mato, foram realizadas urbanização e limpeza do entorno do corpo hídrico, culminando em polo de lazer e no Centro de Promoção Turístico Ambiental (CPTA)<sup>17</sup> às margens da lagoa. Neste âmbito também foi realizada recondução da foz do rio Mundaú, evitando erosão fluvial em área ocupada por comunidade pesqueira (BNB, 2005).

O PRODETUR II busca estender a malha viária para o restante da Costa do Sol Poente e cuesta da Ibiapaba, partindo de Itapipoca, que recebe somente investimentos em transportes. A figura 2 demonstra os investimentos no município.



<sup>17</sup> Os Centros de Promoção Turístico-Ambiental objetivam agregar serviços turísticos de informações, comércio e polos de lazer (calçadão, anfiteatro e quadra poliesportiva) em localidades que antes se encontravam em situação de vulnerabilidade ambiental. Todos os municípios da RT II receberam ao menos um CPTA (Caucaia possui um na Lagoa do Banana e outro no Cumbuco, enquanto Trairi possui um na sede e outro em Mundaú).

Figura 2: Localização das intervenções do PRODETUR I e II em Itapipoca/CE. Fonte: BNB, 2005; 2010. Elaborado por: CASTRO, 2015.

Após dois decênios de intervenções no município, é impossível atestar grandes avanços em fluxos turísticos, em número de empreendimentos ou em alternativas ao desenvolvimento<sup>18</sup>. Tais projetos objetivaram disponibilizar o litoral ao modelo de turismo globalizado, orientado nos grandes empreendimentos hoteleiros, nos fluxos internacionais, na especulação imobiliária, na diversificação e valorização da cadeia produtiva do turismo. De acordo com Coriolano *et al* (2009, p. 81):

Pontualmente, em diversos lugares turísticos do Brasil, sobretudo das regiões Nordeste e Norte foram realizadas mudanças estruturais, contudo, apesar de grande parte da infraestrutura implementada, o turismo não está consolidado, por resistências culturais a mudanças, sobretudo pela falta de conhecimento das possibilidades do turismo, e capacitação da mão-de-obra. A atividade, ainda incipiente, apresenta sazonalidade, com pequenos fluxos em relação ao seu potencial, tendo muito a ser realizado para consolidá-la.

Pode-se dizer que se trata de atividade recente cuja falta de estudos para viabilizá-la fez surgir a idéia de que qualquer um (local) pode improvisá-la. Postura que provocou sérias consequências e críticas à falta de profissionalismo e com inúmeras queixas relacionadas à atividade. (grifo nosso).

O litoral de Itapipoca passa a compor o *hall* de lugares com vocação turística, tendo o planejamento estatal fomentado a crença das comunidades nas benesses do turismo<sup>19</sup>. Tais ações refletem, inicialmente, na atração de investidores internacionais, sobretudo portugueses e espanhóis, em busca de grandes glebas a baixos custos, mão de obra barata, disponibilidade de patrimônios naturais, isenções fiscais e, em alguns casos, mercados periféricos susceptíveis à lavagem de dinheiro.

Encontrados estes fatores no litoral de Itapipoca, iminentes alocações não se concretizaram: o Cidade Nova Atlântida, o complexo residencial Rias Baixas Brasil (ambos de capital espanhol) e o projeto Praia do Pirata (capital português) (CASTRO, 2013). Tais projetos serão analisados como forma de ponderar sobre os processos de especulação imobiliária na zona costeira do Ceará.

O Rias Baixas Brasil propunha ocupação de 8,5 hectares de planície costeira por 94 chalés unifamiliares, gerando 20 postos de trabalho. Devido problemas ambientais, a obra foi embargada. Ressalta-se, a exemplo de outros projetos, que após embargo todas as informações sobre o Rias Baixas foram excluídas da *internet*, restando apenas um vídeo<sup>20</sup> com maquete virtual do empreendimento e *link* com o *site* da Imobiliária Brazil Prime, que afirma participar

"das principais feiras imobiliárias do mundo: Barcelona, Estados Unidos, Portugal, Noruega, Alemanha, etc. Especializamos em venda de projetos e terrenos a beira mar, apartamentos, mansões de praia, condomínios, fazendas, sítios & Empresas/Indústrias englobando todo tipo de propriedade no seguimento litorâneo, urbano e rural [...]".

<sup>18</sup> Aplica-se aqui o conceito de alternativas ao desenvolvimento como formas de contornar os paradigmas do desenvolvimento hegemônico, pautado na equiparação das economias e dos modos de vida aos padrões do hemisfério norte, trabalhadas por Lang, López e Santillana (2013). Tais alternativas são a valorização das culturas locais, das economias alternativas, das formas de justiça e sustentabilidade socioambiental.

<sup>19</sup> Promessas de emprego e renda tão incertas e tão sedutoras às comunidades marítimas pesqueiras, que seriam capazes de causar inveja a Mefistófeles, de Fausto.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GzQiaKtVXBs>.

O projeto Praia do Pirata foi proposto pelo falecido empresário português Julio "Pirata" Trindade<sup>21</sup>. Tinha como objetivos a construção de 16 apartamentos e um albergue em 216 hectares, além da criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) em 520 hectares. Conflitos territoriais com moradores de Maceió influenciaram na criação do Assentamento Maceió, que busca garantir o acesso à terra e o direito ao mar para sobrevivência de diversas comunidades do entorno (O POVO, 2007). Desde então o projeto permanece sem data para concretizar-se.

O Cidade Nova Atlântida é o mais antigo dos projetos turísticos de grande porte voltados para o litoral de Itapipoca. Iniciando especulações em meados de 1980, os investidores pretendem erguer o maior empreendimento turístico do país, sendo orçado em R\$ 2,4 bilhões e ocupando 32 km<sup>2</sup> da planície fluviomarina do rio Mundaú, com 12 km contínuos de praia, contendo 13 hotéis cinco estrelas, 14 *resorts*, 6 condomínios residenciais e 3 campos de golfe. Com as políticas de turismo de 1990, o empreendimento inicia as obras, entrando em conflito com a comunidade indígena de São José e Buriti, no leste do distrito de Baleia. Após investigações do Ministério da Fazenda sobre lavagem de dinheiro, diversas intervenções e embargos realizados pelo Ministério Público Federal buscando evitar impactos socioambientais, a obra tem passado por longo período de inércia com algumas ocorrências de ataques à comunidade<sup>22</sup> (DIÁRIO DO NORDESTE, 2010).

Constata-se que tais projetos de investimentos internacionais têm como principais entraves os conflitos territoriais com as comunidades marítimas e a diligência de órgãos governamentais na busca de evitar impactos ambientais em larga escala. Nestes casos é perceptível a ponderação do poder público sobre a preservação dos atrativos naturais de Baleia, bem como florescimento de resistência nas comunidades afastadas do núcleo semi-urbanizado da localidade de Inferno.

Citados os projetos turísticos e imobiliários de grande porte, cabe analisar os investimentos e fluxos destinados a Itapipoca. De caráter sazonal e demonstrando variações consideráveis nos anos posteriores à década de 1990, estes fixos e fluxos indicam panorama dos impactos das políticas de turismo na dinâmica social, econômica e ambiental no litoral deste município.

Dentre os investimentos em infraestrutura turística no âmbito do PRODETUR I e II, estão o CPTA de Lagoa do Mato<sup>23</sup>, a reforma da praça João Cauby Paiva e dos acessos à praia (na localidade de Inferno), a implantação de rodovias de percurso turístico levando aos extremos noroeste (litoral) e sul (serra) de Itapipoca, e a construção de terminal turístico em Baleia (BNB, 2005; 2010).

O CPTA de Lagoa do Mato, a 5 km da praia da Baleia, foi pautado na componente ambiental do PRODETUR I, porém desde sua inauguração (2005) encontra-se depredado e sem uso, posto sua construção não estabelecer qualquer vínculo com a praia ou a comunidade. Cabe ressaltar que as funções do equipamento, voltadas ao comércio de artesanato, fornecimento de informações turísticas e proteção da lagoa, nunca se efetivaram. Verifica-se, em Baleia, exatamente por falta de apoio logístico para venda, o fim de diversas cooperativas de artesanato, caso das rendeiras, dos artesãos e das catadoras de algas.

A reforma da praça João Cauby Paiva, que divide os acessos à praia, nunca foi finalizada, o que, associado à erosão marinha, causa sérios transtornos aos visitantes da

<sup>21</sup> Proprietário do Pirata Bar em Fortaleza/CE, casa de shows que anima as segundas-feiras da capital.

<sup>22</sup> Nos últimos meses têm sido comuns as notícias de incêndios nas casas e ameaças aos moradores da comunidade de São José e Buriti, sem qualquer intervenção do poder público no local.

<sup>23</sup> Assim como os outros CPTA, teve construção realizada durante o PRODETUR I (R\$ 587.767,85) e implementação somente no PRODETUR II (com investimento médio de R\$ 32.000,00 por município, exceto São Gonçalo do Amarante e incluindo Jijoca de Jericoacoara).

localidade. Considerada centro do litoral de Baleia, a praça possuía funções de sociabilidade para a comunidade, sendo um dos poucos locais que possuía televisão até 2000. Com obras paradas desde 2010, que projetavam paisagismo voltado à contemplação da praia, transformaram a praça em canteiro de obras, sem qualquer estrutura para uso de turistas ou moradores.

As rodovias de percurso turístico foram pautadas para ligar a lagoa do Mato à localidade de Maceió, e a Sede ao distrito de Arapari, na serra de Uruburetama. Enquanto o trecho serrano foi implantado, fornecendo diversidade ao produto turístico local, o trecho litorâneo não saiu do papel, mantendo os fluxos concentrados na localidade de Inferno, com raras dispersões rumo ao oeste do litoral de Itapipoca. Tal fato associa-se à não implantação do Praia do Pirata.

O terminal rodoviário previsto para Baleia, também não foi erigido, se resumindo a pequeno casebre onde são vendidas passagens da empresa FRETICAR, que realiza apenas uma viagem diária até Baleia. Os moradores recorrem a caminhonetes para se deslocarem até outros distritos e à Sede.

O crescimento do número de turistas (3.237 em 1998 e 12.475 em 2012) e de hospedagens (7 em 1998 e 16 em 2012) em Itapipoca, confere novas possibilidades ao município, mas não define êxito das políticas de turismo, posto haver dependência de Baleia em relação à atividade, fato agravado pela sazonalidade nos municípios a oeste de S. Gonçalo do Amarante. Pelos relatos colhidos junto à prefeitura e aos moradores, a falta de qualidade nos serviços prestados, o valorização excessiva dos produtos e serviços, e as obras inacabadas são fatores importantes na compreensão da dinâmica turística em Baleia. Segundo turismóloga da Secretaria de Turismo de Itapipoca, Ana Paula Santos<sup>24</sup>:

[...] não adianta a Baleia, que é uma praia de turismo sazonal, querer sobreviver por festas como carnaval, festas de julho, *réveillon*, e nesses pequenos eventos, os preços subirem absurdamente, coisa que não tem lógica, e não se tem qualidade. [...] E nessa questão da variante qualidade/preço, a Baleia tem um grande problema: qual a praia que você chega, quer comer um peixe e o dono da barraca diz que não tem peixe? Você quer tomar uma água de coco e diz que não tem água de coco? É absurdo! E na Baleia acontece! Então não há o espírito de empreendedorismo, não há o espírito de coletividade, de “vamos crescer juntos”, estou no município há 11 anos e digo isso por vivenciar, porque você atravessa a barra do rio Mundaú e dá de cara com uma estrutura totalmente diferente, tem o Cabôco Sonhadô com o passeio de catamarã que é belíssimo, fizeram aquele *pier* na praia, no encontro do rio com o mar, sabe, tem tanta coisa pra se fazer.

Já em entrevistas realizadas com moradores<sup>25</sup>, tem-se o seguinte panorama sobre a atividade e seus impactos, apresentado no gráfico 1.

<sup>24</sup> Entrevista concedida ao autor, com consentimento da mesma e autorização da V. S<sup>a</sup>. Francisca Camelo Frota, Secretária de Turismo de Itapipoca.

<sup>25</sup> Entrevista realizada com moradores de Baleia, das localidades de Pedrinhas e Inferno, locais onde há incidência de segundas residências e estabelecimentos turísticos.

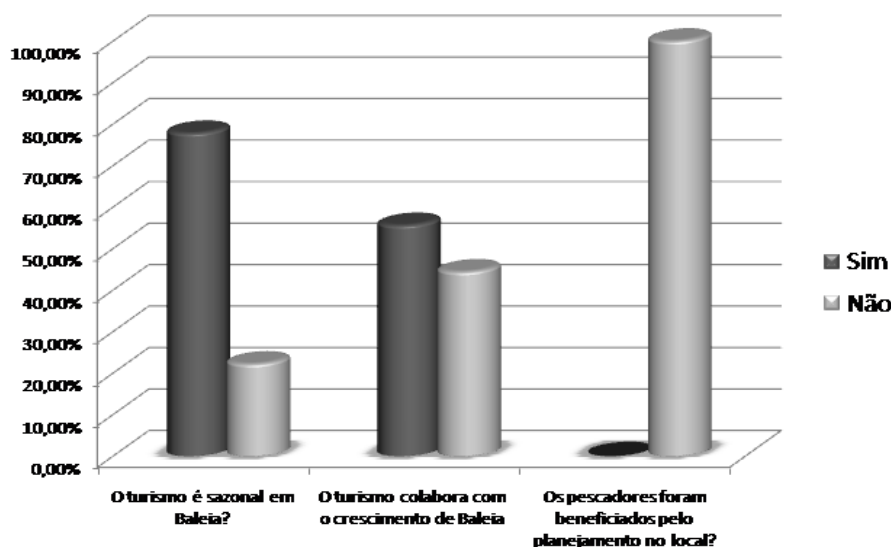


Gráfico 1: Opinião dos moradores de Baleia sobre a dinâmica turística na localidade. Fonte: CASTRO, 2013. Elaborado por CASTRO, 2015.

Constata-se, segundo moradores, que os fluxos turísticos se densificam nos períodos de alta estação, entre janeiro e dezembro, e nos feriados. Mesmo a ocupação das segundas residências segue esta dinâmica. Quanto à contribuição do turismo para o crescimento de Baleia, 55,6% dos entrevistados informam que existe tal contribuição, porém limitada ao emprego nas pousadas e barracas de praia, que são poucas, já 44,4% consideram que não houve desenvolvimento local, faltando melhor planejamento governamental sobre os atrativos da praia e discernimento dos empreendedores sobre os valores dos produtos e serviços prestados. Cabe destacar as ações promovidas pelo SEBRAE junto à Prefeitura, na busca pela capacitação em serviços turísticos, voltados à mão-de-obra e aos empreendedores do município.

Em relação à atividade pesqueira, verifica-se unanimidade sobre a redução da pesca na localidade, por falta de interesse dos homens mais novos (filhos de pescadores), pela inserção da figura do atravessador<sup>26</sup> na dinâmica local e por problemas relacionados às licenças de pesca concedidas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura<sup>27</sup>. Ressalta-se que o PRODETUR faz apenas uma menção à atividade pesqueira, relacionada à especulação imobiliária como principal causa da expropriação do direito à terra e ao mar das comunidades. Este fato ocorreu em Baleia, onde as famílias de pescadores passaram a morar em ruas criadas na retaguarda das segundas residências alocadas ao fim da zona de berma.

Cabe ressaltar que famílias de pescadores iniciaram tímido processo de êxodo para a metrópole de Fortaleza/CE, sobretudo aqueles que, após abandono dos instrumentos da pesca, não conseguiram serviços relacionados à construção civil ou à cadeia produtiva do turismo, que sofre com a sazonalidade da oferta de postos de trabalho e os baixos salários oferecidos pelos estabelecimentos.

<sup>26</sup> Responsável pela compra, geralmente a baixos preços, da produção pesqueira à beira-mar, e a venda às empresas de beneficiamento de pescado ou aos pontos de comércio. Para mais informações, consultar LIMA, Maria do Céu. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará**: território, costumes e conflitos. 2002. 220 f. Tese de Doutorado – USP. Departamento de Geografia. São Paulo, 2002.

<sup>27</sup> Tais licenças são concedidas por embarcação, e não por pescador, e somente tripulações das embarcações licenciadas recebem o seguro-defeso. Assim, donos de embarcações licenciadas (maioria não são pescadores) recebem parte do seguro-defeso pago à tripulação como "taxa" para que estes ganhem sem necessitar ir ao mar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento estatal, na busca pela constituição de rede de lugares turísticos, confere ao litoral oeste do Ceará um sistema de vias e infraestruturas urbanas, ainda em constante expansão. Citada rede, ainda mantém a metrópole de Fortaleza como principal ponto, portão de recepção de turistas e distribuição destes pelo litoral, divulgado pelo *marketing*, em escala nacional e internacional, como espaço contínuo formado por praias, coqueirais, infraestrutura necessária ao lazer e possibilidades infinitas para a visitação e para a moradia à beira-mar.

Tal afirmação, após análise sobre o município de Itapipoca/CE, torna-se infundada, posto processo de apropriação turística, no Ceará, manter base de exclusão de outras atividades econômicas, contrariando caráter sazonal do turismo e a polarização de outras destinações litorâneas, como os municípios de Trairi e Jijoca de Jericoacoara, ou mesmo sertanejas, como Quixadá e Sobral.

Compreende-se o processo em curso no litoral de Itapipoca como reflexo comum aos espaços apropriados pela atividade turística e pela vilegiatura, mas também aos espaços onde há inserção de nova base econômica: a exclusão das culturas locais no processo de planejamento, criação de não-lugares e conflitos territoriais. Cabe questionamento: o crescimento quantitativo dos fluxos turísticos e dos empreendimentos poderia atestar o "desenvolvimento do turismo no Nordeste"?

Ao tomar como base os casos considerados exitosos, na RMF e nos paraísos litorâneos, verifica-se que o crescimento econômico fornece bases à continuidade da aplicação das políticas de turismo no Ceará. Este processo de modernização excludente<sup>28</sup> se pauta na formação de uma imagem paradisíaca, transformando o turismo na base das economias litorâneas e não englobando os modos de vida das comunidades, as atividades de subsistência e formas anteriores de dinamização da economia local, como o escambo de produtos, a venda do excedente das lavouras, das criações e da pesca.

Constata-se, no caso de Baleia, que a busca dos empreendedores do turismo pela apropriação de terra no litoral, acabaram por formar contingente de famílias necessitadas de amparos governamentais, posto os terrenos voltados às plantações e criações de subsistência terem sido comprados ou grilados por especuladores. Muitas destas famílias se dirigiram à sede do município ou à capital cearense. Tal dinâmica não é exclusiva do litoral de Itapipoca, sendo inerente a outros municípios do Ceará, como Trairi, Aracati, Paraipaba e Icapuí.

No âmbito da reestruturação produtiva do território cearense, a incorporação do litoral segue os caminhos já percorridos na apropriação das terras sertanejas, antes fonte de recursos necessários à vida, hoje tem como fundamento a obtenção de lucros pela renda da terra ou pela produção voltada ao mercado internacional. A análise deste processo recorrente no litoral do Ceará, longe de suscitar conclusões, possibilita investigações aprofundadas sobre as relações e conflitos nestes municípios, tomados como extensão da paisagem da cidade do Sol.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGÃO, Raimundo Freitas. Racionalidade turística e ressignificação do espaço cearense. In: SILVA, José Borzacchiello da. *et al.* **Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.
- ARAÚJO, Tania Bacelar; SANTOS, Valdeci Monteiro dos. Desigualdades regionais e Nordeste em Formação Econômica do Brasil. In: ARAÚJO, Tarcisio Patrício de; VIANNA,

<sup>28</sup> Termo utilizado por Elias e Sampaio (2002) para indicar processo de reestruturação produtiva do território brasileiro voltado ao crescimento econômico. Tal modelo exclui formas de desenvolvimento social.

- Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA, Júnior. (Org.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009, p. 177-200.
- BNB. **Programa de desenvolvimento do turismo no nordeste**. Brasília: Memorando, 2005.
- CEARÁ. **Plano de Marketing Turístico do PRODETUR Nacional no Estado do Ceará** – Relatório Final/Resumo Executivo. Fortaleza: SETUR-CE/IPETURIS, 2014.
- CASTRO, Tiago da Silva. **O turismo no litoral de Itaipoca/CE: a realidade da Praia da Baleia**. 2013, 86 f. Monografia – Curso de Bacharelado em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.
- CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; SILVA, Sylvio C. Bandeira de Melo e. **Turismo e geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: EdUECE, 2005.
- CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; FERNANDES, Laura Mary Marques. Turismo: ações e contradições da realidade cearense. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 383-410.
- CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. *et al* (Orgs). **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança**. Fortaleza: EdUECE, 2009.
- COSTA, Clélia Lustosa da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 51-100.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Maritimidade nos trópicos: por uma Geografia do litoral**. Fortaleza: UFC Edições, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Mar à vista: um estudo da maritimidade em Fortaleza**. Fortaleza: UFC Edições, 2011.
- ELIAS, Denise; FURTADO, José Levi. **A modernização excludente**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.
- IBGE. **Censo 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Sinopse do Censo 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Sinopse do Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Sinopse do Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- LANG, Miriam; LÓPEZ, Claudia; SANTILLANA, Alejandra. **Alternativas al capitalismo: colonialismo del siglo XXI**. Quito, Ecuador: Fundación Rosa Luxemburg, 2013.
- LIMA, Luiz Cruz; SILVA, Ângela Maria Falcão da. **O local globalizado pelo turismo: Jeri e Canoa no Final do século XX**. Fortaleza: EdUECE, 2004.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2007**. Relatório Executivo. Brasília: FIPE, 2009.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2012**. Relatório Executivo. Brasília: FIPE, 2012.
- Nova Atlântida ainda em questão. **Diário do Nordeste**, Fortaleza. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=851138>>. Acesso em: 12 mar. 2015.
- PEREIRA, Alexandre Queiroz. **A urbanização vai à praia: contribuições da vilegiatura à metropolização no nordeste do país**. 2012. 350 f. Tese de Doutorado – UFC. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza, 2012.
- \_\_\_\_\_. **A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole no nordeste do Brasil**. Fortaleza: UFC Edições, 2014.
- PRODETUR/NE II – Situação Atual. **BNB**. Fortaleza, 2010. Disponível em: <<http://200.217.154.7/web/guest/situacao-atual1>>. Acesso em: 25 fev. 2015.
- Projeto Praia do Pirata recebe aprovação do Fórum de Turismo. **O Povo**. Fortaleza. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2007/05/16/noticiasjornaleconomia,695647/>>

projeto-praia-do-pirata-br-recebe-aprovacao-br-do-forum-de-turismo.shtml>. Acesso em: 12 mar. 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.